Ata 073

Ata reunião COMDEMA

Às 09h30 do dia 26 de fevereiro de 2026, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Guabiruba, realizou-se a 73ª reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), com a presença dos seguintes membros titulares e/ou suplentes: Rafaela Cristina Seubert, Thaís da Silva Cordeiro, Daniela Menegazzo Hoepers, Bruna Lyra Colombi, Luana Schumacher Vaz, Diego Schaefer, Juliano Piske e Ana Carolina Schnaider da Silva Luebke. Verificado o quórum, a Presidente, Sra. Rafaela Cristina Seubert, deu início à reunião, procedendo à leitura da ordem do dia, que contemplou os seguintes assuntos: substituição de membros e renovação do conselho; apresentação do extrato do Fundo Municipal do Meio Ambiente; reconstituição de bens lesados; e apresentação das principais atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente no ano de 2025. Inicialmente, foi abordada a questão da substituição de membros e renovação do conselho, considerando que a Portaria de Nomeação dos Conselheiros vigente possui término de mandato previsto para 17 de abril de 2026. Na sequência, o Sr. Diego Schaefer manifestou-se quanto à ausência de membro titular da Secretaria de Obras, em razão da saída do respectivo secretário. A Sra. Luana Schumacher Vaz sugeriu que, no processo de renovação do conselho, seja encaminhado ofício ao núcleo de gestão ambiental da ACIBR. Dando continuidade, a Presidente apresentou o extrato do Fundo Municipal do Meio Ambiente, ocasião em que foi discutida a possibilidade de aquisição de novos equipamentos de medição, tema que será aprofundado em reunião futura, juntamente com a discussão de projetos correlatos. Na sequência, foram apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente no ano de 2025, destacando-se: a) o Programa “Penso, Logo Destino”, do IMA, com a instalação de pontos de entrega voluntária para lâmpadas e eletroeletrônicos, com recebimento iniciado em dezembro de 2025 e finalização em janeiro de 2026. Os conselheiros ressaltaram a importância da iniciativa para o município, sendo sugerido pelas Sras. Daniela Manegazzo Hoerpers e Luana Schumacher Vaz a divulgação do programa nas rádios locais, proposta que foi acolhida por unanimidade; b) o Projeto “Pet Levado a Sério (PLAS)”, do Governo do Estado de Santa Catarina, sendo discutidos aspectos como o andamento do projeto, o credenciamento do CIMVI e de clínicas locais para prestação dos serviços, o levantamento da população de cães e gatos, bem como o valor de castração estipulado em R$ 200,00 (duzentos reais) por animal, independentemente de raça, gênero ou peso, além da necessidade de aporte financeiro do município para atingir o total estimado de 526 (quinhentas e vinte e seis) castrações; c) também foi mencionado o questionário do CIMVI referente à gestão de resíduos sólidos, sendo informado que o

município apresenta baixa taxa de respostas, motivo pelo qual foi solicitado aos conselheiros que auxiliem na divulgação junto a seus contatos e grupos. Na sequência, a Presidente apresentou requerimento de solicitação de consulta ao conselho acerca da tubulação de um curso d'água. Foi exposto que já existe toda tubulação a montante, sendo a propriedade em questão a última a jusante que ainda não possui, antes do encontro com o córrego principal. O Sr. Juliano Piske manifestou entendimento de que, à luz da legislação vigente, a implantação da referida tubulação não seria possível. A Presidente, Sra. Rafaela Cristina Seubert, concordou com a manifestação do Sr. Juliano Piske e, acompanhada da Sra. Bruna Lyra Colombi, destacou que a situação, considerando a ausência de informações precisas sobre o trajeto da tubulação a montante e a qualidade da água, pode impactar negativamente a saúde e o bem-estar dos moradores locais e do entorno. Sra. Bruna Lyra Colombi ressaltou, ainda, a necessidade de maior conhecimento sobre as condições sanitárias das residências próximas. Sra. Luana Schumacher Vaz pontuou se haveria alguma forma de resolver essa situação se constatada que em sua maioria seria proveniente de esgoto. Assim foi aventada pelos membros a possibilidade de encaminhamento da demanda ao Ministério Público para análise, bem como a realização de análise da água por parte do proprietário. Submetido à apreciação, a viabilidade de acordo com o conselho, foi reprovada por unanimidade pelos membros presentes, ficando assim deliberado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, vai por mim assinada.

Guabiruba, 26 de fevereiro de 2026.

Presidente Rafaela Cristina Seubert: _____

RAFAELA CRISTINA SEUBERT:07406421974

Assinado de forma digital por RAFAELA CRISTINA SEUBERT:07406421974
Dados: 2026.04.13 09:32:54 -03'00'